

SUMÁRIO

Prefeitura de São José dos Campos - SP
Professor II - Geografia

LÍNGUA PORTUGUESA

Questões que possibilitem avaliar a capacidade de Interpretação de texto	1
conhecimento da norma culta na modalidade escrita do idioma e aplicação da Ortografia oficial.....	6
Acentuação gráfica.....	17
Pontuação	19
Classes gramaticais; Pronomes: emprego e colocação.....	24
Concordância verbal e nominal	37
Regência nominal e verbal	39
Questões	42
Gabarito.....	60

MATEMÁTICA

Teoria dos Conjuntos.....	1
Conjuntos dos números Reais (R): operações, propriedades e problemas.....	7
Cálculos Algébricos	10
Grandezas Proporcionais.....	20
Regra de Três Simples e Composta.....	23
Porcentagem e Juro Simples	25
Sistema Monetário Brasileiro.....	29
Equação do Primeiro e Segundo Grau - problemas.....	32
Sistema Decimal de Medidas (comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo) - transformação de unidades e resolução de problemas	36
Geometria: ponto, reta, plano – ângulos, polígonos, triângulos, quadriláteros, circunferência, círculo e seus elementos respectivos – figuras geométricas planas (perímetros e áreas)	42
sólidos geométricos (figuras espaciais): seus elementos e volumes	59
Funções do 1º e 2º grau	67
Sequências, Progressões Aritméticas e Geométricas.....	77
Resolução de problemas.....	82
Questões	88
Gabarito.....	94

SUMÁRIO

SUMÁRIO



INFORMÁTICA

Sistema Operacional Microsoft Windows	1
Microsoft Office: Editor de textos Word e Planilha Excel. Microsoft Office (2013, 2016)	22
Internet e ferramentas	58
Questões	65
Gabarito.....	71

CONHECIMENTOS PEDAGÓGICOS

O sistema escolar brasileiro segundo a legislação atual.....	1
A construção do conhecimento	3
Atividades adequadas e utilização de jogos na aprendizagem.....	4
o processo de ensino e aprendizagem: a ação pedagógica	9
A avaliação da aprendizagem	11
Integração escola, família e comunidade.....	13
O papel do professor no mundo atual	15
Questões	18
Gabarito.....	21

BIBLIOGRAFIA GERAL

Constituição Federal de 1988 – (artigos 205 a 214)	1
Lei nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN.....	6
Lei nº 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (artigos 1º ao 6º; 15 ao 18-B; 53 a 59; 131 a 138)	38
BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008	43
BRASIL. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017 - Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica	52
BACICH, Lilian. et al. Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015	62
BEAUDOIN, Marie-Nathalie; TAYLOR, Mauree. Bullying e desrespeito: como acabar com essa cultura na escola. Porto Alegre: Artmed, 2006.....	63
CAMARGO, Fausto. DAROS, Thuinie. A sala de aula inovadora: estratégias pedagógicas para fomentar o aprendizado ativo. Porto Alegre: Penso, 2018	63
CARBONELL, J. Pedagogias do século XXI: bases para a inovação educativa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2016.....	64

SUMÁRIO

SUMÁRIO



CASTRO, Jane Margareth; REGATTIERI, Marilza (Org.). Interação escola família: subsídios para práticas escolares. Brasília: UNESCO, MEC, 2010.....	64
CHRISPINO A.; CHRISPINO, R. S. P. A mediação do conflito escolar. 2. ed. São Paulo: Biruta, 2011	65
COLL, César. Comunidades de aprendizagem e educação escolar	66
COHEN, Elizabeth G.; LOTAN, Rachel A. Planejando o Trabalho em Grupo. Estratégias para salas de aula heterogêneas. Porto Alegre: Penso, 2017	67
GANDIN, Danilo. Planejamento como prática educativa. 19. ed. São Paulo: LOYOLA EDICOES, 2011.....	68
GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. São Paulo em Perspectiva, v. 14, n. 2. abr./jun. 2000.....	69
IMBERNÓN, Francisco, Formação Docente e Profissional: Formar-se para a mudança e a incerteza. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Volume 14. (Coleção Questões da Nossa Época)	70
KENSKI, Vani Moreira. Educação e tecnologias: o novo ritmo da informação. 8ª ed. – Campinas, SP: Papirus, 2012	72
LIBÂNEO, José Carlos, OLIVEIRA João Ferreira e TOSCHI, Mirza Seabra. Educação escolar: políticas, estrutura e organização. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2012.....	73
LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011	73
MORAN, José. BACICH, Lilian. Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018	74
MURICI, Izabela Lanna; CHAVES Neuza. Gestão para Resultados na Educação. 2. ed. São Paulo: Falconi, 2016	75
WEISZ, Telma, O Diálogo entre o Ensino e a Aprendizagem. 2. ed. Ática, 2000	75

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Domínios naturais do território brasileiro e suas potencialidades paisagísticas	1
Construção do pensamento cartográfico e sua importância na educação básica	6
Personalização da aprendizagem e tecnologias digitais no ensino híbrido	7
Diretrizes e competências da bncc para o ensino de geografia.....	10
Uso de geotecnologias (sig, gps, imagens de satélite) no ensino e pesquisa geográfica.....	11
Cartografia escolar e produção de mapas como ferramentas pedagógicas	17
Fundamentos teóricos e metodológicos da educação geográfica crítica.....	19
Práticas pedagógicas e textualizações no cotidiano escolar	23
Educação ambiental integrada e práticas interdisciplinares	26
Aplicação de metodologias ativas no ensino de geografia; didática específica para o ensino de geografia.....	28
Mediação pedagógica com uso de novas tecnologias.....	32
Alfabetização cartográfica como habilidade fundamental	34

SUMÁRIO

SUMÁRIO



Desafios da formação docente e práticas pedagógicas inovadoras	37
Análise crítica da bncc e suas implicações para o ensino de geografia	38
Práticas sustentáveis e pedagógicas focadas na sustentabilidade	40
Natureza do espaço geográfico e suas múltiplas dimensões	43
Globalização e sua relação com a formação para a cidadania planetária	46
Questões	48
Gabarito	56

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Ab'sáber, aziz nacib. Os domínios de natureza no brasil: potencialidades paisagísticas. São paulo: ateliê editorial, 2012.....	1
Almeida, rosângela doin de. A construção do pensamento cartográfico na escola. Campinas: papirus, 2004.....	3
Base nacional comum curricular - educação é a base. – Assuntos relacionados à geografia.....	5
Camargo, edilaine aparecida de; silva, rafael soares da (orgs.). Geotecnologias no ensino de geografia. Curitiba: crv, 2016.....	6
Callai, helena copetti. Cartografia escolar: o espaço geográfico e o ensino. 6. Ed. Porto alegre: ufrgs, 2018.....	8
Castellar, sonia maria vanzella (org.). Educação geográfica: teorias e práticas. São paulo: contexto, 2005.....	11
Castrogiovanni, antônio carlos (org.). Ensino de geografia: práticas e textualizações no cotidiano. Porto alegre: ufrgs, 2003.....	13
Lima, carlos roberto. Educação ambiental e geografia: práticas interdisciplinares. Belo horizonte: autêntica, 2019	16
Lopes, maria isabel da silva. Metodologias ativas no ensino de geografia. Rio de janeiro: elsevier, 2020	18
Moran, josé manuel; massoni, elza; behrens, marilda a. Novas tecnologias e mediação pedagógica. São paulo: papirus, 2013.....	21
Passini, elza yasuko. Alfabetização cartográfica. São paulo: contexto, 2012.....	24
Pezzato, joão pedro. Geografia escolar e práticas pedagógicas: desafios para a formação docente. Curitiba: crv, 2012.....	26
Pontuschka, nídia nacib; et al. Ensino de geografia e bncc: desafios e possibilidades. Curitiba: crv, 2020.....	29
Pereira, ana maria. Geografia e sustentabilidade: práticas pedagógicas. Porto alegre: sulina, 2018	31
Santos, milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 5. Ed. São paulo: edusp, 2020	33
Santos, wanderley p. Dos. Didática e ensino de geografia. São paulo: cortez, 2017....	34
Vasconcellos, maria cristina da silva. Globalização e ensino de geografia: a formação para a cidadania planetária. São paulo: contexto, 2019	37

SUMÁRIO



A compreensão e a interpretação de textos são habilidades essenciais para que a comunicação alcance seu objetivo de forma eficaz. Em diversos contextos, como na leitura de livros, artigos, propagandas ou imagens, é necessário que o leitor seja capaz de entender o conteúdo proposto e, além disso, atribuir significados mais amplos ao que foi lido ou visto.

Para isso, é importante distinguir os conceitos de compreensão e interpretação, bem como reconhecer que um texto pode ser verbal (composto por palavras) ou não-verbal (constituído por imagens, símbolos ou outros elementos visuais).

Compreender um texto implica decodificar sua mensagem explícita, ou seja, captar o que está diretamente apresentado. Já a interpretação vai além da compreensão, exigindo que o leitor utilize seu repertório pessoal e conhecimentos prévios para gerar um sentido mais profundo do texto. Dessa forma, dominar esses dois processos é essencial não apenas para a leitura cotidiana, mas também para o desempenho em provas e concursos, onde a análise de textos e imagens é frequentemente exigida.

Essa distinção entre compreensão e interpretação é crucial, pois permite ao leitor ir além do que está explícito, alcançando uma leitura mais crítica e reflexiva.

— Conceito de Compreensão

A compreensão de um texto é o ponto de partida para qualquer análise textual. Ela representa o processo de decodificação da mensagem explícita, ou seja, a habilidade de extrair informações diretamente do conteúdo apresentado pelo autor, sem a necessidade de agregar inferências ou significados subjetivos. Quando compreendemos um texto, estamos simplesmente absorvendo o que está dito de maneira clara, reconhecendo os elementos essenciais da comunicação, como o tema, os fatos e os argumentos centrais.

A Compreensão em Textos Verbais

Nos textos verbais, que utilizam a linguagem escrita ou falada como principal meio de comunicação, a compreensão passa pela habilidade de ler com atenção e reconhecer as estruturas linguísticas. Isso inclui:

– **Vocabulário** : O entendimento das palavras usadas no texto é fundamental. Palavras desconhecidas podem comprometer a compreensão, tornando necessário o uso de dicionários ou ferramentas de pesquisa para esclarecer o significado.

– **Sintaxe**: A maneira como as palavras estão organizadas em frases e parágrafos também influencia o processo de compreensão. Sentenças complexas, inversões sintáticas ou o uso de conectores como conjunções e preposições requerem atenção redobrada para garantir que o leitor compreenda as relações entre as ideias.

– **Coesão e coerência**: são dois pilares essenciais da compreensão. Um texto coeso é aquele cujas ideias estão bem conectadas, e a coerência se refere à lógica interna do texto, onde as ideias se articulam de maneira fluida e compreensível.

Ao realizar a leitura de um texto verbal, a compreensão exige a decodificação de todas essas estruturas. É a partir dessa leitura atenta e detalhada que o leitor poderá garantir que absorveu o conteúdo proposto pelo autor de forma plena.

A Compreensão em Textos Não-Verbais

Além dos textos verbais, a compreensão se estende aos textos não-verbais, que utilizam símbolos, imagens, gráficos ou outras representações visuais para transmitir uma mensagem. Exemplos de textos não-verbais incluem obras de arte, fotografias, infográficos e até gestos em uma linguagem de sinais.

A compreensão desses textos exige uma leitura visual aguçada, na qual o observador decodifica os elementos presentes, como:



Os conjuntos estão presentes em muitos aspectos da vida, seja no cotidiano, na cultura ou na ciência. Por exemplo, formamos conjuntos ao organizar uma lista de amigos para uma festa, ao agrupar os dias da semana ou ao fazer grupos de objetos. Os componentes de um conjunto são chamados de elementos, e para representar um conjunto, usamos geralmente uma letra maiúscula.

Na matemática, um conjunto é uma coleção bem definida de objetos ou elementos, que podem ser números, pessoas, letras, entre outros. A definição clara dos elementos que pertencem a um conjunto é fundamental para a compreensão e manipulação dos conjuntos.

Símbolos importantes

$\in$: pertence

$\notin$: não pertence

$\subset$: está contido

$\not\subset$: não está contido

$\supset$: contém

$\not\supset$: não contém

$/$: tal que

$\Rightarrow$: implica que

$\Leftrightarrow$: se, e somente se

$\exists$: existe

$\nexists$: não existe

$\forall$: para todo(ou qualquer que seja)

$\emptyset$: conjunto vazio

$\mathbb{N}$: conjunto dos números naturais

$\mathbb{Z}$: conjunto dos números inteiros

$\mathbb{Q}$: conjunto dos números racionais

$\mathbb{I}$: conjunto dos números irracionais

$\mathbb{R}$: conjunto dos números reais

Representações

Um conjunto pode ser definido:

- Enumerando todos os elementos do conjunto

$$S = \{1, 3, 5, 7, 9\}$$

- Simbolicamente, usando uma expressão que descreva as propriedades dos elementos

$$B = \{x \in \mathbb{N} \mid x < 8\}$$

Enumerando esses elementos temos

$$B = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7\}$$



O Windows 10 é um sistema operacional desenvolvido pela Microsoft, parte da família de sistemas operacionais Windows NT. Lançado em julho de 2015, ele sucedeu o Windows 8.1 e trouxe uma série de melhorias e novidades, como o retorno do Menu Iniciar, a assistente virtual Cortana, o navegador Microsoft Edge e a funcionalidade de múltiplas áreas de trabalho. Projetado para ser rápido e seguro, o Windows 10 é compatível com uma ampla gama de dispositivos, desde PCs e tablets até o Xbox e dispositivos IoT.

Principais Características e Novidades

- **Menu Iniciar:** O Menu Iniciar, ausente no Windows 8, retorna com melhorias no Windows 10. Ele combina os blocos dinâmicos (tiles) do Windows 8 com o design tradicional do Windows 7, permitindo fácil acesso a programas, configurações e documentos recentes.
- **Assistente Virtual Cortana:** A Cortana é uma assistente digital que permite realizar tarefas por comandos de voz, como enviar e-mails, configurar alarmes e pesquisar na web. Este recurso é similar ao Siri da Apple e ao Google Assistant.
- **Microsoft Edge:** O navegador Edge substituiu o Internet Explorer no Windows 10. Ele é mais rápido e seguro, oferecendo recursos como anotações em páginas web e integração com a Cortana para pesquisas rápidas.
- **Múltiplas Áreas de Trabalho:** Esse recurso permite criar várias áreas de trabalho para organizar melhor as tarefas e aplicativos abertos, sendo útil para multitarefas ou organização de projetos.

Instalação do Windows

- Baixe a ferramenta de criação de mídia no site da Microsoft.
- Use-a para criar um pendrive bootável com a ISO do Windows.
- Reinicie o PC e entre na BIOS/UEFI para priorizar o boot pelo pendrive.
- Na instalação, selecione idioma e versão, depois a partição (formate se necessário).
- Crie um usuário e siga os passos da configuração inicial.
- Após finalizar, o Windows estará pronto para uso.



Conhecimentos Pedagógicos

O sistema escolar brasileiro é regulado por um conjunto de normas que garantem o direito à educação e estabelecem diretrizes para sua organização e funcionamento. A principal legislação que rege o ensino no Brasil é a Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 205 ao 214, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – Lei nº 9.394/1996. Além disso, o Plano Nacional de Educação (PNE), atualizado periodicamente, estabelece metas para o desenvolvimento da educação no país. Este texto abordará a estrutura do sistema escolar brasileiro conforme a legislação vigente, detalhando seus níveis e modalidades, a organização federativa da educação e os desafios enfrentados na implementação das políticas educacionais.

Princípios e Diretrizes da Educação Brasileira

Princípios Fundamentais

A educação no Brasil deve seguir princípios previstos na Constituição Federal, especialmente no artigo 206, que estabelece diretrizes como:

- Igualdade de condições para acesso e permanência na escola;
- Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento;
- Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- Gestão democrática do ensino público;
- Valorização dos profissionais da educação;
- Garantia de padrão de qualidade;
- Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.

Além disso, a LDB reforça esses princípios e define regras para o funcionamento da educação básica e superior.

Diretrizes da Política Educacional

A política educacional brasileira segue diretrizes nacionais formuladas pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), com participação dos estados e municípios. O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece metas a serem cumpridas em um período de 10 anos, abrangendo desde a educação infantil até o ensino superior.

Estrutura do Sistema Escolar Brasileiro

Educação Básica

A educação básica é composta por três etapas:

- Educação Infantil (creche e pré-escola, para crianças de 0 a 5 anos);
- Ensino Fundamental (anos iniciais e finais, do 1º ao 9º ano, obrigatório para crianças de 6 a 14 anos);
- Ensino Médio (3 anos de duração, obrigatório para adolescentes a partir de 15 anos).

A obrigatoriedade da educação básica está prevista no artigo 208 da Constituição e na LDB, que estabelece a responsabilidade do Estado em garantir o acesso universal.



CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se às instituições de pesquisa científica e tecnológica. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009) (Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)



As formações vegetais são tipos de vegetação facilmente identificáveis na paisagem e que ocupam extensas áreas. É o elemento mais evidente na classificação dos biomas. Estes, por sua vez, são sistemas em que solo, clima, relevo, fauna e demais elementos da natureza interagem entre si formando tipos semelhantes de cobertura vegetal, como as Florestas Tropicais, as Florestas Temperadas, as Pradarias, os Desertos e as Tundras. Em escala planetária, os biomas são unidades que evidenciam grande homogeneidade nas características de seus elementos.

Assim, há Florestas Tropicais na América, África, Ásia e Oceania que, embora semelhantes, possuem comunidades ecológicas com exemplares distintos. Alguns desses exemplares são chamados de endêmicos, ou seja, não ocorrem em nenhuma outra área do mundo. Entre outros fatores, isso se explica pela separação dos continentes: o afastamento físico fez com que as espécies vivessem evoluções paralelas, apesar de distintas, processo que é chamado **especiação**.

As plantas e os animais de um mesmo bioma não estão presentes, necessariamente, em diferentes regiões do planeta. Exemplo: o chimpanzé é encontrado na Floresta Tropical de Uganda, mas não compõe a fauna das Florestas Tropicais sul-americanas. Por outro lado, várias espécies endêmicas de nosso continente não são encontradas nas florestas africanas, como é o caso do mico-leão-dourado, originário da Mata Atlântica brasileira.

Principais Características das Formações Vegetais

A formação vegetal é o elemento mais evidente na classificação dos ecossistemas e biomas, por isso, e dependendo da escala utilizada em sua representação, são feitas grandes generalizações.

Os elementos climáticos, em especial a temperatura e a umidade, são determinantes para o tipo de vegetação de uma área. Eles definem diversas características das plantas, necessárias à adaptação aos diferentes climas. Com base nessas características é possível classificar as plantas em:

Perenes (do latim perene, “perpétuo, imperecível”): plantas que apresentam folhas durante o ano todo;

Caducifólias, decíduas (do latim deciduus, “que cai, caduco”) ou **estacionais**: plantas que perdem as folhas em épocas muito frias ou secas do ano;

Esclerófilas (do grego sklerós, “duro, seco, difícil”): plantas com folhas duras, que têm consistência de couro (coriáceas);

Xerófilas (do grego xêrós, “seco, descarnado, magro”): plantas adaptadas à aridez;

Higrófilas (do grego hydrós, “úmido, molhado”): plantas, geralmente perenes, adaptadas a muita umidade;

Tropófilas (do grego tropos, “volta, giro”): plantas adaptadas a uma estação seca e outra úmida;

Aciculifoliadas (do latim acicula, “alfinete, agulhinha”): possuem folhas em forma de agulhas, como os pinheiros. Quanto menor a superfície das folhas, menos intensa é a transpiração e maior é a retenção de água pela planta;

Latifoliadas (do latim lato, “largo, amplo”): plantas de folhas largas, que permitem intensa transpiração; são geralmente nativas de regiões muito úmidas.

Os índices termopluviométricos, associados a outros fatores de variação espacial menor e que também influem no tipo de vegetação, como maior ou menor proximidade de curso de água, os diferentes tipos de solo, a topografia e as variações de altitude, determinam a existência de diferentes ecossistemas não contemplados nos mapas-múndi. Todas as formações vegetais têm grande importância para a preservação dos variados biomas e ecossistemas da Terra.



Bibliografia Específica

Aziz Nacib Ab'Sáber (1924–2012) foi um dos mais renomados geógrafos brasileiros, reconhecido por sua vasta contribuição à compreensão das paisagens naturais do Brasil. Com formação interdisciplinar em geografia, geologia e ecologia, Ab'Sáber foi professor da Universidade de São Paulo (USP), membro da Academia Brasileira de Ciências e consultor em políticas públicas ambientais. Seu trabalho se destacou por articular as dimensões físicas e biológicas do território com as ações humanas, formulando uma leitura integradora da natureza brasileira.

A obra *Os Domínios de Natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*, publicada pela Ateliê Editorial em 2012, reúne e sistematiza décadas de pesquisa do autor sobre os chamados “domínios morfoclimáticos”, conceito central em sua produção científica. Este livro é considerado um dos marcos teóricos da geografia física brasileira e continua sendo referência obrigatória tanto no meio acadêmico quanto em concursos públicos e práticas pedagógicas.

Objetivos centrais do livro

A obra tem como principal objetivo apresentar uma classificação sistemática das paisagens naturais brasileiras a partir do conceito de domínios morfoclimáticos, ou seja, grandes unidades do território definidas pela interação entre clima, relevo, vegetação e hidrografia. Para Ab'Sáber, compreender esses domínios é fundamental para pensar o uso do solo, o planejamento territorial e a conservação ambiental.

Além disso, o autor busca evidenciar como essas paisagens carregam potencialidades para diferentes formas de ocupação e uso econômico, mas também vulnerabilidades que precisam ser levadas em conta frente à expansão agropecuária, urbana e industrial. Assim, a obra se propõe não apenas a descrever o meio físico, mas também a orientar sua gestão de forma integrada e sustentável.

O livro é dividido em capítulos que apresentam, primeiro, o embasamento teórico-conceitual para a definição dos domínios de natureza e, em seguida, cada um dos principais domínios brasileiros é analisado individualmente. Em sua estrutura, a obra combina texto explicativo, mapas esquemáticos, quadros comparativos e imagens de satélite, o que facilita a visualização e compreensão dos diferentes espaços abordados.

A metodologia adotada por Ab'Sáber é predominantemente geossistêmica e qualitativa, centrada na análise integrada de elementos naturais com base em extensa observação empírica, levantamentos de campo e revisão de dados climatológicos e pedológicos. Isso confere à obra uma riqueza descritiva e interpretativa, que vai além da simples categorização técnica.

Os principais capítulos do livro tratam dos seguintes aspectos:

- A fundamentação do conceito de domínio morfoclimático;
- A descrição detalhada de seis domínios principais e áreas de transição;
- A análise das potencialidades econômicas, ecológicas e sociais dessas áreas;
- Reflexões sobre o impacto da ocupação humana e a importância da conservação.

A obra também apresenta uma proposta pedagógica, ao propor que os domínios morfoclimáticos sejam utilizados como ferramenta didática no ensino de geografia, promovendo uma visão crítica e contextualizada do território brasileiro.

Os domínios morfoclimáticos no Brasil

O conceito de “domínio morfoclimático”, desenvolvido por Ab'Sáber, é um dos pilares da geografia física brasileira. Trata-se de uma classificação do espaço geográfico baseada na combinação entre clima, relevo, vegetação e hidrografia, com o objetivo de identificar grandes unidades ambientais relativamente homogêneas. Esses domínios representam conjuntos coesos de paisagens naturais que compartilham padrões ecológicos e morfogenéticos.